

Frédérique Matonti e Franck Poupeau O capital militante. Uma tentativa de definição*

Tradução de Maurício Rombaldi¹

“Era um jovem de vinte e cinco ou vinte e seis anos, de ombros largos, cabelos de um amarelo-avermelhado, expressão inflexível. Usava um boné com aba de couro ostensivamente inclinada sobre o olho. Via-o de perfil: com o queixo tocando o peito, as sobrancelhas franzidas como se estivesse diante de um quebra-cabeças, ele contemplava o mapa que um dos oficiais abria em cima da mesa. Alguma coisa naquele rosto me comoveu profundamente. Era o rosto de alguém capaz de cometer um assassinato e de dar a vida por um amigo, o tipo de rosto que se espera ver em um anarquista – ainda que aquele homem bem pudesse ser um comunista. Aquela expressão refletia ao mesmo tempo boa-fé e ferocidade e, também, o patético respeito que os iletrados dedicam àqueles que supostamente lhe são superiores. Percebia-se imediatamente que aquele miliciano não entendia nada do mapa e que considerava a leitura uma prodigiosa perípécia intelectual. Não sei por quê, mas raramente vi alguém – digo, um homem – por quem fui tomado por uma simpatia tão instantânea. (...) Era comum, na Espanha, contatos desse tipo. Se falo desse miliciano italiano, é porque guardei dele uma lembrança viva. Com seu uniforme miserável e seu rosto feroz e patético, ele permaneceu para mim como o símbolo vivo da atmosfera toda particular daqueles tempos.” Ainda em *Homenagem à Catalunha*, o autor dessas linhas, George Orwell, acrescenta algumas páginas adiante: “Eu tinha vindo à Espanha com a intenção de escrever alguns artigos para os jornais, mas assim que cheguei engajei-me nas milícias pois, naquela época e naquela atmosfera, parecia inconcebível poder agir de outro modo.”

Essa passagem é reveladora em mais de um aspecto. Mostra tanto o caráter esperado do militante revolucionário – “inflexível”, “selvagem”, dando prova de “boa-fé ao mesmo tempo que de ferocidade” –, que se confunde aqui (na percepção social do corpo do outro) com um militante operário², quanto o modo como certos engajamentos aparentemente puderam ser vivenciados. O texto de Orwell, considerado da perspectiva das imposições literárias da narrativa, mas, sobretudo, das lutas políticas que foram fisicamente, e não apenas simbolicamente, lutas de morte, faz parte de uma visão idealizada do militantismo, em que o engajamento é visto simultaneamente como

* Publicado em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 155, p. 5 – 11, dezembro de 2004, Seuil. Trata-se de uma tentativa de sistematização do conceito de capital militante que está inscrito nos trabalhos expostos nos números 155 e 158 da revista [N.T.].

¹ Mestrando em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da FFLCH-USP.

² Sobre as origens e trajetórias sociais dos combatentes franceses das brigadas internacionais, amplamente oriundos das classes populares, ver Remi Skoutelsky, *L'Espoir guidait leurs pas. Les volontaires français dans les Brigades internationales*, Paris, Grasset, 1998.

total (quase “natural”) e explicado por um tipo de vocação. Ora, os militantes cujas trajetórias são retraçadas e analisadas neste número vivem, ao contrário, engajamentos aparentemente *improváveis*: sindicalistas projetados no universo das instituições européias; estudante tornado delegado da CGT [Confédération Générale du Travail] em uma fábrica no leste da França; militantes da UDF [Union pour la Démocratie Française] socializados, contudo, na desconfiança com relação à política; um padre aderindo à guerrilha revolucionária. É este o contraste que permite, em contrapartida, esclarecer a condição militante.

Sublinhando a distância entre o engajamento “natural” dos milicianos de Orwell e esses engajamentos improváveis, não se trata, contudo, de ratificar uma oposição cômoda entre “engajamento total” e engajamento “moral” ou “por consciência”, entre a entrega de si e ação circunscrita e eficaz³. Como bem mostrou Annie Collovald, com efeito, esta oposição mascara mais ou menos bem uma desqualificação “eufemizada” do militantismo passado, fundamentalmente operário, e esquece que esses militantes operários, freqüentemente “desclassificados pelo alto”, já não pareciam com aqueles cuja causa eles defendiam⁴. Não se pode ignorar, aqui, a atual multiplicação dos estudos sobre o militantismo pelo qual, com efeito, a sociologia política volta a se interessar depois de um eclipse. A renovação do interesse se deve, por um lado, à mobilização social e, por conseguinte, à construção de categorias (quase) inéditas (*sans papiers*, soropositivos, imigrantes, gays, lésbicas, etc.) ou antigas, mas que conquistaram uma visibilidade desconhecida até então (desempregados, sem-teto), ao surgimento ou à multiplicação de organizações que também são aparentemente novas (a começar pelas associações humanitárias ou pela nebulosa do movimento altermundialista⁵), e, mesmo, à invenção (ou à reinvenção) de formas de ação (*zap*, *die-in*, fóruns sociais, greve de fome, etc.). Mas ela se deve mais geralmente ao que poderíamos descrever, na linha de Cécile Pechu⁶, como uma diferenciação entre “campo militante” e “campo partidário”, posto que a busca por um poder legítimo

³ Emmanuelle Reynaud, “O militantismo moral”, In Henri Medras (org.), *La Sagesse et le désordre*, Paris, Gallimard, 1980, p. 271 – 286; Jacques Ion, “L’évolution des formes de l’engagement public”, In Pascal Perrineau (org.), *L’engagement politique. Déclin ou mutation*, Paris, PFNSP, 1994, p. 23-39, e *La fin des militants?*, Paris, Ed. de l’Atelier, 1997.

⁴ Annie Collovald (org.) *L’Humanitaire ou le management des dévouements. Enquête sur un militantisme de “solidarité internationale” en faveur du Tiers-Monde*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2002, em particular o capítulo 5, “Pour une sociologie des carrières morales des dévouements militants” p. 177-229. Annie Collovald se apóia, aqui, principalmente nos trabalhos de Bernard Pudal, *Prende Paris. Pour une sociologie historique du PCF*, Paris, PFNSP, 1989.

⁵ O termo *sans papiers* corresponde a uma categoria de estrangeiros que vivem na França e que, devido a um impasse político na definição das leis sobre migração, estão tanto impossibilitados de regularizar sua situação como de serem expulsos do país [N.T.].

⁶ Eric Agrikoliansky e Isabelle Sommier (org.), *Radiographie du mouvement altermondialiste*, Paris, La Dispute, col. “Pratiques politiques”, 2005.

⁷ *Zap* e *Die-in* referem-se aqui às formas específicas de ativismo político que se utilizam de performances, respectivamente, na distribuição de materiais panfletários e em protestos públicos [N.T.].

⁸ Cécile Pechu, “Génération militante à Droit au logement”, *Revue française de science politique*, 1-2, fevereiro-abril de 2001, “Devenir militants”, p.73-103.

passa a ser desconsiderada quando, há apenas vinte anos, a maior parte das associações se vinculava ao conjunto das organizações políticas. Sem dúvida deve-se sublinhar, contudo, como essa dissociação foi acompanhada por uma desagregação profunda do militantismo partidário e sindical tradicional. São, com efeito, “a implosão da classe operária”, ela mesma ligada ao desemprego em massa e à “precarização estrutural”, e “suas ‘respostas’” (quase ausência de porta-vozes das classes populares, “discriminação sindical”, muito pouco envolvimento das gerações mais jovens, abatimento dos mais velhos...) que necessitariam ser evocadas na esteira de Stéphane Beaud e de Michel Pialoux⁷, para entender isso. Em contrapartida, estas modificações profundas na ordem social não puderam deixar de ecoar na ordem política – as relações entre essas duas ordens permitem, por exemplo, compreender que o déficit de militantes se deve também à maneira como toda uma geração de “militantes das periferias” não foi integrada pelos partidos da esquerda tradicional⁸.

Postas estas precisões que convidam a não abandonar as estruturas sociais em prol das simples interações ou das trajetórias individuais, tratar-se-á particularmente aqui de se interessar pelas aprendizagens conferidas pelo militantismo, pelas competências importadas do exterior e, também, por aquelas que são aprendidas na prática⁹, por aquilo que se escolheu chamar, ao menos provisoriamente, de *capital militante*. Um capital militante que se adquire, pois, e em grande parte, no campo político, que aí se valoriza, mas que também se reconverte fora dele. Nos anos 1970, Daniel Gaxie havia mostrado como em razão da fraca “matriz ideológica” dos eleitores em geral e dos filiados aos partidos de massa em particular, “a ligação com a causa” e “a satisfação de defender suas idéias” podiam constituir apenas um fraco motivo à adesão a um partido ou a um sindicato¹⁰ - ele se opunha também, desta forma, a todos os modelos que vêem a adesão partidária ou sindical como a materialização de uma crença política. Em compensação, ele demonstrou o quanto a passagem por essas instituições sociais trazia um capital escolar de substituição, princípio de uma capacidade adquirida graças a tal passagem, para se orientar no espaço político¹¹. Para dar conta dessa capacidade de se orientar, dos mecanismos de sua aquisição e de sua incorporação, a noção de capital militante se revelou útil.

⁷ Stéphane Beaud e Michel Pialoux, *Violences urbaines, violences sociales*, Paris, Fayard, 2003, p.282.

⁸ Olivier Masclet, *La Gauche et les cités. Enquête sur un rendez-vous manqué*, Paris, La Dispute, col. “Pratiques politiques”, 2003.

⁹ Referimo-nos aqui às análises de Jacques Lagroye, a propósito do ofício político, que são em parte transferíveis aos militantes, “Être du métier”, *Politix*, 28, 1994, p. 7-17.

¹⁰ Daniel Gaxie, “Économie des partis et rétributions du militantisme”, *Revue française de science politique*, 27 (1), fevereiro de 1977, p.123-154; ver também, do mesmo autor, *Le sens caché*, Paris, Seuil, 1978.

¹¹ Para uma visão mais aprofundada dessa noção de competência política, ver Daniel Gaxie, “Une construction médiatique du spectacle politique? Réalité et limites de la contribution des médias au développement des perceptions négatives du politique”, in Jacques Lagroye (org.), *La politisation*, Paris, Belin, col. “socio-histoire”, 2002, p. 325-356 e “La compétence politique ‘citoyenne’”, comunicação na mesa redonda *La Compétence politique*, programme de coopération franco-chilien, ECOS C01H02, CRPS, 18 de outubro de 2004.

Falar de capital militante é insistir em uma dimensão do engajamento da qual o capital político dá conta de maneira insuficiente. Com efeito, o capital político pode ser considerado como uma forma de capital simbólico, “crédito fundado nas inúmeras operações pelas quais os agentes conferem a uma pessoa socialmente designada como digna de crédito os próprios poderes que eles lhe reconhecem¹²”. O poder simbólico que está associado a ele pode ser analisado como uma expressão do “fetichismo político” pelo qual um grupo social se reconhece na representação que ele faz de si mesmo e de sua relação com outros grupos. Esse capital, ligado à representação coletiva que o grupo lhe atribui, é “fundado na crença”, e tem como ponto essencial “acumular o crédito e evitar o descrédito”. O capital militante se distinguiria então do capital político que é, em boa parte, um capital de função nascida da autoridade reconhecida pelo grupo e, por isto, “instável”¹³: incorporado sob a forma de técnicas, de disposições a agir, intervir, ou simplesmente obedecer, ele abrange um conjunto de saberes e de *savoir-faires* mobilizáveis no momento das ações coletivas, das lutas inter ou intrapartidárias, mas também exportáveis, passíveis de conversão para outros universos, e, assim, suscetíveis de facilitar certas “reconversões”¹⁴.

As trajetórias analisadas neste número permitem considerar dois fenômenos que, nesses casos, somente em aparência são contraditórios. Primeiramente, as aprendizagens sempre foram necessárias e os artigos apresentados aqui, por se tratarem de casos limite, ajudam a entender isto. Em segundo lugar, a modificação de uma parte das regras de funcionamento do campo político, e, especificamente, do campo partidário e de suas relações de força, torna estas aprendizagens ao mesmo tempo mais incertas e mais necessárias: por exemplo, os “transmissores” e os lugares de transmissão, as escolas de partido, tendem a desaparecer¹⁵ enquanto as exigências técnicas com as quais os militantes são confrontados são cada vez mais altas. Mas, paradoxalmente, tais aprendizagens tornam-se às vezes, também, mais fáceis em função da elevação do nível de escolarização dos membros dos partidos políticos ou dos sindicatos.

A transformação das condições de aquisição do capital militante aparece na pesqui-

¹² Pierre Bourdieu, “La représentation politique”, In *Langage et pouvoir symbolique*, Paris, Seuil, 2001, notadamente p.241. Para um exemplo da análise em termos de “capital político”, ver Jean-Yves Dormagen, “Le marché de l’emploi public de l’Italie fasciste comme espace de mise en conformité politique” In Jacques Lagrove, op. cit., Paris, Belin, 2003, p. 403-424.

¹³ Claude Pennerier e Bernard Pudal mostram como, na Rússia stalinista, as “verificações” às quais os quadros são regularmente submetidos servem, entre outras coisas, para “lembrar aos quadros comunistas que eles devem sua fortuna à investidura que só pode ser conferida pelo partido”; ver “La volonté d’emprise. Le référentiel biographique stalinien et ses usages dans l’univers communiste (éléments de problématique)”, In: Claude Pennerier e Bernard Pudal, *Autobiographies, autocritiques, aveux dans le monde communiste*, Paris, Belin, 2002, p.25.

¹⁴ Essas reconversões revelam menos simples carreiras individuais que estratégias pelas quais certos grupos sociais se esforçam para manter, ou até transformar, sua posição na estrutura social, como mostra, por exemplo, o posicionamento seja progressista seja conservador dos doqueiros americanos estudado por Howard Kimeldorf (*Reds or Rackets? The Making of Radical and Conservative Unions on the Waterfront*, Berkeley, University of California Press, 1988).

¹⁵ Nathalie Éthuin, “L’Éducation et la formation des militants et des cadres au Parti communiste français (1970 – 2003)”, thèse de science politique, Lille-II, 2003.

sa de Anne-Catherine Wagner sobre os processos de internacionalização do sindicalismo no seio da Confederação Européia de Sindicatos: atualmente, tanto em Estrasburgo como em Bruxelas, competências e *savoir-faires* específicos se mostram necessários ao “ofício” de sindicalista, mas estão também pouco de acordo com as disposições de uma parte (e de uma geração) de militantes sindicalistas franceses. Esses, provenientes em sua maioria das frações superiores das classes populares e médias, pouco munidas de recursos sociais, culturais e lingüísticos internacionais, tirando sua legitimidade do elo com o “campo-prático”, vêem-se confrontados com uma redefinição do trabalho e do capital militantes. Com efeito, aos *savoir-faires* e às capacidades de adaptação, em grande parte fundadas nas relações interpessoais que podem ser mobilizadas no sindicalismo europeu, opõe-se uma legitimidade fundada na perícia, exterior ao campo sindical, que não tem tanta necessidade de se inscrever na duração para ser eficaz, e que é assegurada por um pessoal tendencialmente mais jovem, mais escolarizado, mais feminino e de origens sociais mais elevadas.

Essa importância crescente do capital escolar aparece no “diário” de um jovem operário lorenno, apresentado aqui por Pierre Rimbert. Certamente sua aprendizagem de delegado sindical vai exigir diversas habilidades: ele precisa aprender a redigir um panfleto, a falar em público, a ousar se dirigir à união departamental etc.; mas sua escolaridade anterior facilita também a aquisição de técnicas de escrita e de atas de reuniões, a leitura da imprensa militante, a tomada de notas, a assimilação de conhecimentos jurídicos durante os estágios de formação sindical, a elaboração de dossiês em defesa dos assalariados, a capacidade de argumentar contra a direção etc. Essa aprendizagem mostra claramente as dificuldades atuais das condições de mobilização que se devem tanto à precarização da relação salarial, às divisões entre os assalariados, quanto à invisibilidade do patronato. São essas as dificuldades que, por sua vez, contribuem para explicar a fragilidade dos engajamentos. Mas, sobretudo, o “diário” mostra como o capital militante adquirido e a posição conquistada constituem uma oportunidade de reconhecimento para indivíduos que vivem um processo de desclassificação social, produto do descompasso entre as aspirações ligadas a uma escolarização prolongada e a realidade da posição (social e profissional) ocupada. Deste ponto de vista, o engajamento de um jovem operário assemelha-se mais aos engajamentos “intelectuais” do que faria supor a divisão social, particularmente ancorada tanto nas organizações políticas como nas instituições acadêmicas, entre “aqueles que pensam” e “aqueles que executam”: como os jovens da École Normale Supérieure em busca de uma identidade social na virada dos séculos XIX e XX, cujo engajamento socialista foi estudado por Christophe Charle, o autor do “diário” vivencia uma “incerteza sobre [sua] própria posição social” reforçada por uma adesão imperfeita ao papel que a trajetória anterior determina para o indivíduo considerado¹⁶.

Esses dois artigos sublinham, assim, como o capital militante se transmite cada vez menos em seus lugares tradicionais e de geração em geração, e como, conseqüente-

¹⁶ Christophe Charle, *Paris fin de siècle. Culture et politique*, Paris, Seuil, 1998, p.237.

mente, são as competências escolares que se tornam novamente o fundamento de sua aquisição. Deve-se, por conseguinte, concluir que assistimos, provavelmente, a um (ainda) maior fechamento do campo político às pessoas socialmente ilegítimas, do que a uma hipotética emergência das “sociedades individualistas”¹⁷. Certas explicações da “crise do militantismo” tomam, com efeito, por um “novo individualismo”, o que é, na realidade, o produto de transformações das relações entre universos sociais que modificam a estrutura da distribuição dos capitais entre os agentes, oferecendo-lhes assim (ou obrigando-os a) novas possibilidades de investimento. É então, com a condição de não separar as disposições incorporadas pelos agentes dos espaços sociais nos quais eles se investem, que a noção de capital militante aparece como uma forma de analisar a lógica de investimentos militantes que não podem ser suficientemente explicados pelas crenças individuais.

Porque o sentido da localização depende da posição no espaço social e das lutas de concorrência específicas que se produzem aí, é preciso compreender a lógica de posicionamentos que dependem da estrutura da distribuição dos capitais entre os agentes envolvidos. É por esta razão que, embora os engajamentos estudados neste número sejam improváveis, eles só são, contudo, compreensíveis por serem mais ou menos ajustados às disposições anteriormente incorporadas. Este peso das disposições aparece no caso dos militantes UDF estudados por Julien Fretel: eles encontram, com efeito, no modo de engajamento flexível e pouco estruturado desse partido de “centro-direita” uma atualização de tudo aquilo que incorporaram no curso da educação religiosa no seio de sua família e das instituições católicas (catecismo, coral, escotismo, etc.). Prolongamento da preocupação de se engajar pelo outro, o engajamento no “partido” constitui, assim, uma forma entre outras de *devotio* que os leva a se doar aos outros sem compensação. No interesse pelo desinteresse que a expressão “dar tudo ao partido e nada receber dele” resume, esses militantes católicos recrutados nas camadas médias e superiores da população francesa encontram um modo de gerir os bens de uma salvação tanto individual como coletiva¹⁸. Esse investimento em uma saída legítima permite concluir as disposições ambivalentes, oscilando entre o desejo de devoção e até de sacrifício, e a vontade de preservar sua “liberdade de consciência”. Mesmo no caso extremado estudado por Hugo José Suarez, da entrada de padres operários na guerrilha revolucionária na América Latina nos anos 1960, o deslocamento das crenças individuais em direção a uma “mística da política” não pode ser separada dos investimentos em um campo religioso onde a ruptura com o conservadorismo da hierarquia eclesiástica e a relação com as classes populares fundamenta o engajamento sacrificial na luta armada. Em um contexto marcado pela emergência controvérsida das preocu-

¹⁷ Sobre essa questão da ilegitimidade do quadro político operário, ver Michel Offerlé, “Illegitimité et légitimation des personnels politiques ouvriers en France avant 1914”, *Annales ESC*, julho-agosto 1984, p. 681-713 e B. Pudal, *Prendre parti*, op. cit.

¹⁸ Para um outro exemplo de análise das “disposições de militar” de militantes cristãos, ver o capítulo 7 de Johanna Siméant, *La Cause des sans-papiers*, Paris, Presses de la fondation nationale des sciences politiques, 1998.

pações sociais no seio da Igreja, a passagem de um catolicismo conservador a um cristianismo revolucionário se opera ao preço de uma recomposição das categorias de pensamento ligada à invenção de uma tomada de posição política inédita que contribui, em contrapartida, para abalar e reestruturar o espaço das posições possíveis.

Se essa tentativa de definição do capital militante refere-se também aos textos que seguem, é porque essa noção foi sendo progressivamente elaborada ao longo da preparação do número, um pouco ao modo da construção de um objeto durante uma pesquisa. Trata-se, pois, de notas provisórias destinadas a colocar as bases de pesquisas e de aprofundamentos posteriores. Com efeito, o capital militante designa, para além da diversidade das formas de engajamento, *savoir-faires* adquiridos, em particular, graças a propriedades sociais que permitem jogar com mais ou menos sucesso em um espaço que está longe de ser unificado. Mas, para além da maneira como os agentes sociais o adquirem e depois o usam, resta compreender a lógica das transferências pela qual o capital militante (ou pelo menos uma parte dele) pode ser utilizado em outros espaços, e, inversamente, o modo como certas propriedades eficientes em outros domínios podem ser transferidas para essas instâncias. Resta, neste ponto, estabelecer as regras da “taxa de câmbio” entre as diferentes espécies de capitais segundo os universos sociais em que eles estão engajados, e mostrar a forma específica que reveste, no caso do militantismo, a relação entre os investimentos sociais e as transformações do campo em que eles são produzidos – o que será objeto de um segundo número dedicado ao capital militante: